

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Artes
Comunicação Social - Habilitação em Midialogia
CS106 Métodos e Técnicas de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos em
Midialogia
Matheus Costa Cruz – 149336
Docente: José Armando Valente

O papel da Televisão no Regime Civil-Militar Brasileiro: O III Festival Internacional da Canção

Resumo

O presente artigo demonstra como a televisão desempenhava um papel importante para os governos durante o regime civil-militar brasileiro e a relação entre a ascensão da televisão e da ideologia presente, imposta e representada pela ditadura. Para isso, faz um estudo do III Festival Internacional da Canção, realizado pela TV Globo no ano de 1968, a fim de se identificar fatos e fatores que possam exemplificar a parceria entre o regime e as telecomunicações. É possível identificar pontos de claro colaboracionismo e intervenção.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ideologia; Festivais; História.

Introdução

A televisão chega ao Brasil de maneira massificada na década de 1960 após ter sido implantada em 1950. Neste momento, o maior espaço de disseminação da música brasileira era o Rádio.

A chegada da televisão veio modificar essa realidade, que teve seu auge nos anos 30 e 40 – a chamada “Era do Rádio”. Mas as mudanças não foram repentinas. A televisão necessitou de quase uma década para, de fato, mostrar sua força e abalar a hegemonia do rádio. (NERCOLINI, 2013, p. 95).

Para que a ascensão da TV no Brasil pudesse ser possível - “na busca pela legitimação social e tentando ocupar um espaço até então dominado pelo rádio” (NERCOLINI, 2013, p.95) - era necessária uma estratégia tanto para o aumento do consumo de televisores, quanto para a atração do público para a programação televisiva. Para isso, uma maneira de se conquistar a atenção do potencial telespectador alguns tipos de programas comuns no rádio foram transpostas para o universo da TV, e uma delas foram os programas musicais.

Em 1964, em um momento que a televisão começa a se consolidar, um ciclo político importante se inicia no Brasil. O golpe militar é dado na madrugada do dia 31 de Março para o dia 1º de Abril de 1964 e assim o regime militar é instaurado no país.

O ufanismo (“Esse é um país que vai pra frente”) e a criação de um projeto de nação levado a cabo pelo governo ditatorial que se implantava, buscando, a seu jeito também, como o fez Getúlio, a criação de um imaginário que fomentasse o pensamento único, a dita “integração nacional” e a negação de qualquer outra alternativa, abandonando-se da ideia de nação (“Brasil, ame-o ou deixe-o”) tornam-se a pedra de toque, e a televisão passa, então, a ser o canal privilegiado, em termos de comunicação massiva, para a implantação desse projeto que se torna hegemônico no período. (NERCOLINI, 2013, p. 94-95).

As telecomunicações passam a cumprir um papel importante pro regime na consolidação da concepção ideológica pregada pelos militares “Do mesmo modo em que o cinema italiano prestou-se à criação do clima desejado pelos fascistas, a televisão brasileira prestou-se à difusão de ideais e comportamentos previstos pelos militares.” (SIEGA, 2007, p. 1-2). Sabendo disso, nota-se que é possível que exista uma relação de dependência entre o regime militar e a Televisão, de modo que o regime poderia contar com o apoio da TV na propagação e na veiculação de conteúdo em massa e na integração nacional, e a TV poderia contar com o apoio do regime para se consolidar de vez na casa dos brasileiros com a perspectiva de que as políticas públicas pudessem ajudar tanto no aumento do consumo de televisores quanto na estruturação administrativa.

Dentro de todo esse contexto, a televisão traz uma novidade no conceito de programa musical: o telejornalismo dos festivais da música brasileira. Festivais esses que já cumpriam um papel de grande espetáculo da música no Brasil, alcançando um enorme público e que, claro, atraía a atenção de artistas da Moderna Música Popular Brasileira como Chico Buarque, Edu Lobo, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Esses festivais são curiosos pelo fato de que em diversas edições algumas canções com letras de protesto contra a ditadura ganharam um espaço importante para a crítica e para a contestação do regime. Isso faz das canções de protesto um ponto fora da reta na relação da TV com o regime militar? E como se dá essa relação, utilizando-se dos festivais como exemplo?

O objetivo desta pesquisa foi avaliar se há - e como se dá - relação entre o crescimento da televisão (novas emissoras, aumento de consumo de aparelhos) e a ascensão do regime interesses mútuos e um grau de colaboracionismo, a exemplo de um programa televisivo, a fase nacional do III Festival Internacional da Canção.

Metodologia

Essa pesquisa teve um caráter qualitativo, descritivo, bibliográfico e documental. Primeiramente selecionei uma bibliografia sobre os temas abordados na pesquisa (Regime Militar, TV e Festivais). Selecionei alguns textos de fácil acesso, tendo como critério serem textos que pudessem ser encontrados nas dependências da Unicamp ou na internet. Alguns textos que foram selecionados já apresentavam uma convergência entre os temas e alguns deles abordavam somente algum dos temas. Para melhor poder contextualizar e delimitar o momento político foi selecionado alguns textos de história sobre o Regime. Não foi muito difícil achar bibliografia sobre os temas por serem temas de extrema relevância em outros campos (como o tema da ditadura militar para o estudo da história do Brasil) e muitos deles

são carregados de dados e fatos sobre o crescimento da televisão no Brasil durante o período do regime civil-militar. Li os textos selecionados e, para facilitar o uso das ideias na escrita deste presente artigo, fiz algumas anotações e sistematizei os pontos a serem aproveitados. Fiz uma avaliação sobre a ambientação do festival e pude notar algumas coisas previstas nos relatos encontrados em alguns textos, como algumas reações das plateias e intervenções dos artistas no palco. Sendo assim, pude assimilar pontos de convergência entre o que foi descrito e lido na bibliografia e o que vi ao assistir ao festival e pude reconhecer exemplos, conceitos, fatos e dados com uma certa facilidade. Tendo acumulado alguns conhecimentos através da leitura dos textos e do programa televisionado.

O Regime Civil-Militar Brasileiro em busca de legitimação.

Na madrugada entre os dias 31 de Março e 1º de Abril de 1964 se instaurou o conhecido período da ditadura brasileira. Os militares através de um golpe de estado chegam ao poder em nome da defesa do território nacional e da manutenção da ordem. Para consolidar o projeto defendido pelo regime e a sua proposta de realizar uma transição lenta e segura (LIMA, 2009, p. 1), era preciso consolidar um programa de propagação de seus ideais. A utilização de meios de comunicação em massa para a propagação de ideias e legitimação pelos governos autoritários sempre foi um método bastante utilizado juntamente com uma apropriação da educação como ferramenta de propaganda e construção ideológica, sobretudo, para sua defesa de uma oposição militante organizada e assim proteger a administração do país.

Sob o aspecto econômico, a ditadura militar naquele momento promovia e aprofundava um alinhamento forte com a economia capitalista norte-americana:

O desenvolvimento capitalista entrava, assim, como eixo do governo autoritário, o que lhe dava aliados econômicos e políticos estratégicos, a burguesia nacional e empresas multinacionais. Essa aliança levanta questões sobre as motivações da própria instalação do regime autoritário e de sua sustentação pela classe burguesa. (LIMA, 2001, p. 6)

O macartismo, a caça aos comunistas, girou grandes forças do regime para realizar a perseguição à oposição de esquerda que em vários momentos encontrou novas trincheiras e ferramentas para enfrentamento e embate. A luta estudantil, as guerrilhas armadas do apcampo e da cidade, e no campo da cultura, diversos movimentos ajudaram a questionar e contestar o regime.

A consciência estava em disputa naquele momento, mas a disputa pelos setores que conformavam a sociedade brasileira não ficava pra trás. O regime se embasava e se apoiava em uma classe média que se via ameaçada pelas políticas progressistas propostas pelo governo de João Goulart, como uma reforma agrária - mesmo que tímida - e um conjunto de medidas que visavam a reafirmação dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade. Essa mesma classe média católica e moralista reivindicava uma intervenção militar por identificação de valores com o que era naquele momento colocado pelos militares: a

extinção da ameaça de um levante popular que pudesse quebrar a estrutura vigente e os seus privilégios.

As classes burguesas “nacionais” buscaram na ditadura um excedente de poder para se autoprotegerem e autoprivilegiarem, diante da pressão das classes subalternas, principalmente de seus setores proletários, e para se resguardarem nas relações defensivas com o “aliado principal”. As classes burguesas “internacionais” buscaram na ditadura a persistência invariável de certas fronteiras históricas, conquistadas por suas nações através da “partilha do mundo” e da expansão externa do capitalismo monopolista. Os interesses materiais de ambas as burguesias convergiam quanto à estabilidade política do status quo, à segurança e à proteção desses interesses manu militari. (FERNANDES, 1982, pp. 101-102 apud LIMA, 2001, p. 6).

No campo econômico o regime militar é reconhecido pela intensa abertura do mercado nacional para as empresas internacionais, movimento esse que foi duramente criticado pela esquerda por se configurar um projeto desenvolvimentista com redirecionamento das riquezas e de capital a países estrangeiros - principalmente os Estados Unidos. Sendo assim, a busca incansável de novos mercados feita pelas empresas norteamericanas encontram no Brasil uma oportunidade de expansão. O Regime Civil-Militar teve papel decisivo para o aumento da produção de bens de consumo, e poderio de consumo da população, abrindo as portas às empresas para adentrarem o território oferecendo a população um gosto do conhecido “American Way of Life”, através da mercantilização de produtos e novas formas de consumo de cultura desenvolvidas pelo capitalismo. Um dos bens de consumo que tiveram um boom no mercado nesse período foi o de aparelhos televisores.

Sobre a Televisão no Brasil

A primeira transmissão de um programa televisivo no Brasil foi em 18 de Setembro de 1950, realizada pela TV Tupi de São Paulo, inaugurando o que viria a ser anos depois o principal meio de comunicação do país. Após passar alguns anos em tímido crescimento, a televisão deixa de ser apenas um artigo de luxo na casa de pouquíssimos brasileiros a um objeto de desejo das famílias, sendo democratizado o seu acesso à medida em que a indústria de televisores cresce, seja na produção de aparelhos televisores, seja pelo surgimento de emissoras, que ocorre principalmente no período do regime civil-militar.

A televisão necessitou de quase uma década para, de fato, mostrar sua força e abalar a hegemonia do rádio. Entre outras razões, porque era uma tecnologia recente e que, no princípio, despendia de grande investimento financeiro tanto por parte de quem a queria implantar (iniciativa privada ou estatal), como por parte de quem queria ter acesso ao aparelho de TV, no início bastante caro e raro. (NERCOLINI, 2013, p. 95)

De acordo com Magalhães (1995, p. 275 apud TRINDADE; TRINDADE, 2000, p.5) a preocupação por parte dos militares pela integração nacional em virtude da Doutrina de Segurança Nacional dá início ao efetivo desenvolvimento das telecomunicações - nisso inclui-se a televisão. A estruturação governamental das telecomunicações, calcada nos

interesses do regime em propagandear-se e propagar sua concepção ideológica, se faz necessária na disputa da sociedade feita pelos militares.

Em termos técnicos, a criação da estatal EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), em setembro de 1965, e a implantação de torres de retransmissão, ligadas a um satélite de comunicações, possibilitaram a criação das redes nacionais de televisão e os grandes conglomerados de comunicações, tornando possível o desejo dos governantes militares de implantar seu projeto de “integração nacional”, claro que em mãos de um grupo selecionado de empresários, e mediante revisão e modificações na política de concessões. No final da década de 60, já teremos 12 milhões de brasileiros interligados pela televisão, número esse que foi somente aumentando e muito nas décadas seguintes. (NERCOLINI, 2013, p. 94).

A consolidação da TV no Brasil não foi de repente e nem por acaso. Resolvidos os problemas iniciais, quando a infraestrutura foi sendo montada e o acesso ao aparelho de televisão foi se estendendo, também era necessário criar estratégias para atrair a audiência (NERCOLINI, 2013, p.95). Sendo assim, uma estratégia foi a importação de uma programação característica do rádio, já consolidada: uma programação contendo futebol, música e novelas. A utilização dessa fórmula que já havia obtido sucesso no rádio seria o passaporte para o sucesso da TV e consequentemente dos lucros dos empresários.

Dado isso, é possível identificar que por trás do crescimento do consumo de televisores, havia um interesse mútuo entre o governo militar e os empresários da televisão, seja dos produtores de aparelhos televisivos, seja dos donos das emissoras. Importante ressaltar que o que é hoje o maior conglomerado de comunicações do Brasil, as Organizações Globo, nasceu nesse período, andando de mãos dadas com a política dos militares e trazendo essa programação de entretenimento que atingia e atraía a atenção do público de classe média.

a Globo integralizou as diferentes manifestações culturais e mercadológicas, nacionais e internacionais, propiciando ao telespectador a sensação de estar conectado ao mundo; graças aos códigos universais da comunicação e da estética, era possível imaginar que o Brasil desenvolvia-se e aproximava-se dos grandes países. (...) É nesse contexto que a ação dos governos pós-64 se torna fundamental à consolidação da indústria eletroeletrônica e à implantação de uma infra-estrutura de telecomunicações no País. É nesse período, também, que se estabelece o virtual monopólio da Rede Globo de Televisão, fruto e expressão máximos do totalitarismo e exemplo de desinformação. (WEBER, 2000, p.180)

III Festival Internacional da Canção

Os programas musicais televisionados fizeram parte de todo um projeto voltado para atrair o público para a televisão que era um meio de comunicação em massa em ascensão. O

I Festival Internacional da Canção foi realizado em 1966. Ele foi dividido em duas fases: Nacional (com eliminatórias e finais) e a fase internacional. Para os fins desta pesquisa, só foi levado em conta a final da fase nacional do festival.

O Festival Internacional da Canção teve sua primeira edição em 1966, e surge já com uma contradição clara com relação ao regime militar. Negrão de Lima contou com o apoio de Augusto Marzagão, conhecido como “Homem do FIC”, para sua eleição para governador da Guanabara em 1965. Em troca, Marzagão demonstrou interesse em criar um festival internacional de música para elevar o ânimo da juventude brasileira que sofria com uma crise de esperança com o regime militar. Negrão de Lima, eleito, concordou - até por acreditar que o Rio de Janeiro precisava de mais uma atração turística - mas pediu a Marzagão que não explicitasse sua rejeição sobre a “crise de esperança” causada pelo regime militar com ninguém. (MELLO, 2003). Fica claro nesse episódio que há um desconforto por parte do Governo da Guanabara com uma concepção negativa sobre o governo militar.

A primeira edição do festival não contou com a TV Globo para sua transmissão, mas a partir do ano seguinte, na sua segunda edição, essa parceria se firmaria. A TV Globo deve muito de seu crescimento ao sucesso dos festivais e em especial ao FIC.

Em meio a um fervor político, de mobilizações estudantis, de cenas de verdadeira guerra e repressão estatal contra aqueles que contestavam a ditadura militar acontece o III FIC. A música neste momento é diretamente atingida diretamente pela polarização política: a concepção de que a música não poderia escapar de seu papel de contestação à realidade opressora gerava um clima bastante quente que rondava aquela edição do Festival. De acordo com Napolitano (2001), as canções conhecidas como “canções de protesto” dominam a temática das músicas apresentadas nas finais do festival, superando inclusive a temática “romântica”. Aqui se mostra clara a inserção do contexto político naquele festival, assim como em outros do mesmo período.

O que o governo acreditava ser um investimento político importante, passa a demonstrar claros sinais de perigo. O III FIC, após as fases estaduais, chega a sua fase final polarizado basicamente polarizado entre duas músicas: “Sabiá” de Chico Buarque de Hollanda e Antônio Carlos Jobim e “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores” de Geraldo Vandré. É sabido que houve um claro apoio popular à canção de Vandré, amplamente aplaudida e ovacionada durante a apresentação final, enquanto que a apresentação de Sabiá é tomada por vaias e hostilizações. Isso acontece por uma interpretação de que Sabiá não trazia qualquer reflexão sobre o contexto político, e nem contestava a ditadura enquanto que “Pra Não dizer que não Falei das Flores” era combativa e representava o clamor coletivo por liberdade e ressaltando a importância de se levantar contra as injustiças e o cerceamento da liberdade.

Mas a polêmica nesse III Festival Internacional da Canção continuou, na fase decisiva, no Rio de Janeiro. Chico ou Vandré? “Caminhando”, de Geraldo Vandré, respondia perfeitamente aos anseios das esquerdas de então. A simplicidade musical, aliada a uma letra explicitamente política e arregimentadora - Vem, vamos embora, que esperar não é saber - ganhou o

público do festival, formado em sua maioria por universitários de tendências à esquerda, e foi sendo transformada com o passar em hino da resistência à ditadura. A vitória de “Sabiá” desencadeia uma onda de protesto, vaias e acusações que atingem diretamente a Chico Buarque, aquele que com o tempo foi se transformando num dos principais nomes, dentro da mundo da música, na luta contra a ditadura.(NERCOLINI, 2013, p. 105)

Os militares claramente não queriam que a música de Vandrê ganhasse o festival, inclusive, como narrado por Mello (2003), já era sabido pelos organizadores que Geraldo Vandrê fora impedido de ganhar o festival pelos Militares:

Era o ajudante de ordens do general Sizen Sarmento para avisá-lo que nem “Caminhando” nem “América, América”, ambas com certificado da Polícia Federal, poderiam ganhar o festival. Walter argumentou que não poderia impedir o júri de votar livremente, mas as ordens eram taxativas: “Problema seu. As músicas não podem ganhar.”, respondeu o oficial (MELLO, 2003, p. 287)

Desse modo, podemos dizer que o resultado do III FIC sofreu uma intervenção contundente do governo militar, comprovando a tese de que haveria um controle grande sobre aqueles programa televisivo.

Aos gritos de “É Marmelada”, Sabiá vence a fase Nacional do III FIC:

O nome de Vandrê era clamado em peso. Quando Hilton Gomes anuncia o segundo lugar, “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”, o público deduz que “Sabiá” seria a vencedora. Fica todo mundo de pé para vaiar a decisão. Vandrê surge, caminha sob vaias para o microfone mas, antes de cantar, tenta contemporizar: “Olha, sabe o que eu acho? Eu acho uma coisa só: Antônio Carlos Jobim e Chico Buarque de Hollanda merecem o nosso respeito”. Totalmente inútil. As vaias redobram, Se havia alguma dúvida quanto à vitoriosa, deixa de haver. A multidão se comporta como uma gigantesca legião de mosqueteiros, no ponto de contra-atacar cegamente à primeira estocada, Sem querer, Vandrê dá a pontada: “A nossa função é fazer canções. A função de julgar, nesse instante, é do júri que ali está”. Foi a conta. As vaias vêm com fúria inusitada. “Por favor, por favor,... Tem mais uma coisa só. Pra vocês que continuam pensando que me apoiam vaiando,...” A multidão responde ensandecida: É marmelada, é marmelada, é marmelada... (MELLO, 2003, p. 291)

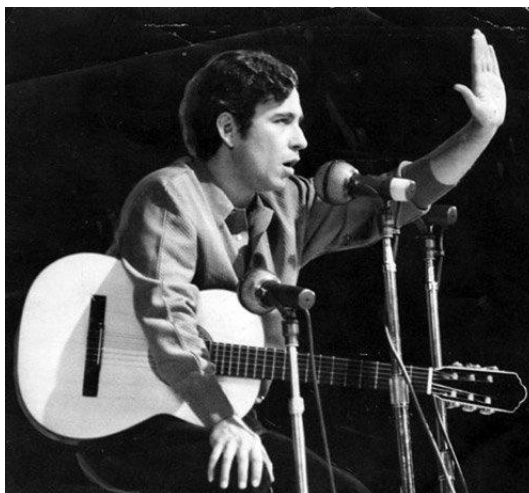


Figura 1: Geraldo Vandré pede que o público contenha as vaias, pede respeito à Chico Buarque e Tom Jobim, e proclama sua fase célebre durante a final do III Festival Intenacional da Canção da TV Globo: “Olha, tem uma coisa só, a vida não se resume em festivais.”

O fim da “era dos festivais” também é um exemplo de como o interesse do regime era soberano e condição primeira para a realização dos festivais. A estratégia de atrair o público passa a se tornar nociva ao regime por este perder parte do controle do que seria propagado e televisionado.

Em 16 de setembro de 1971, oito dias antes da abertura do VI FIC, doze compositores ilustres - entre os quais Antônio Carlos Jobim, Chico Buarque de Hollanda e Edu Lobo - , que haviam sido convidados pela Globo e assinavam sete canções tidas como concorrentes, cancelaram sua participação no certame, em protesto aos desmandos do Serviço de Censura. (SEVERIANO, 2008, p.359)

A “Era dos festivais” tem seu auge em 1968. A partir daí começa o declínio e o desgaste da fórmula. No início da década de 70 os principais canais desistem de promover grandes festivais. Na década de 80 a Rede Globo tenta retomar a fórmula, conseguindo relativo sucesso, mas também com curta duração. Novos tempos exigiam novas estratégias e outros investimentos. (NERCOLINI, 2013, p. 106)

Discussão

O regime em sua empreitada para legitimar-se e expandisse suas ideias e propagandear suas políticas, precisava de uma rede de telecomunicações que pudesse em nome da integração do território nacional em virtude da Doutrina de Segurança Nacional reafirmar a necessidade do seu governo de salvação nacional. Sendo assim, a Televisão se torna uma necessidade para a ditadura..

Os empresários da TV viam nesse aparelho a sua potencialidade e visava expandir as audiências da televisão utilizando-se de programas musicais. Para que pudesse ser realizada a expansão da televisão, esses empresários precisavam do Regime pra se firmar no mercado. Muitas vezes, apesar das emissoras no momento fossem em maioria nacionais, as empresas que produziam aparelhos televisores eram internacionais (em maioria dos EUA)..

A TV precisava atrair o público para que tivesse sucesso. O regime tinha interesse que a TV pudesse atrair o público, portanto ajudou a TV a realizar as programações e em transmitir.

O III FIC foi feito pela GLOBO, emissora aliada do Regime e contou com a ajuda do regime pra ser feito, contava com patrocínios e só poderia ocorrer caso houvesse o aval do regime. O FIC era lucrativo para a rede globo, portanto era um grande investimento. Uma demonstração disso foi a realização dos festivais como um todo.

Com a participação de músicos que contestavam regime, os festivais foram sendo deixados de lado por trazer crítica e aflorar a disputa ideológica feita entre opositores e situacionistas. Tanto é verdade que os festivais tinham em sua origem o caráter colaboracionista entre Empresários e Governo que a partir do momento em que se tornou um risco para um dos lados, os festivais foram deixados de lado. O governo tinha influência nas escolhas das músicas finalistas (Sabiá vence após ameaça de intervenção por música de Vandrê “Pra não dizer que não falei das flores”).

O saldo final foi de que os festivais ajudaram a TV a se consolidar e a única possibilidade positiva para os opositores (a apropriação do espaço pra contestação), foi cortada pelo regime, que entrava no mesmo ano da realização do III FIC o AI-5 e a censura aos meios de comunicação e da produção artística.

Considerações Finais

Considero que o trabalho aqui realizado cumpriu com os seus objetivos, ao passo que foi avaliado se há relação entre o crescimento da televisão (novas emissoras, aumento de consumo de aparelhos) e a ascensão do regime interesses mútuos e um grau de colaboracionismo, a exemplo de um programa musical televisivo, a fase nacional do III Festival Internacional da Canção. A leitura e análise da bibliografia selecionada foi bem realizada, ajudando a responder às perguntas apresentadas. Encontrar material de qualidade para que fosse executada a pesquisa foi de extrema importância e sem que houvesse uma literatura consideravelmente abundante por abordar um tema bastante relevante pro campo do estudo de história do Brasil (o regime Civil-Militar) e outro pro campo da comunicação (a televisão). Não houveram grandes dificuldades na realização do trabalho, apenas tomando uma quantidade considerável de tempo, seja para a escrita dos resultados. seja pra leitura de uma grande quantidade de material encontrado e selecionado. Outra dificuldade foi que era pretendia assistir ao programa que foi ao ar da fase final nacional do festival, porém não pude encontrar essa gravação, portanto uma mudança pensada foi inicialmente

sobre outro festival, mas depois de assistir apenas ao conteúdo que havia disponível sobre o III FIC, o que foi feito,

Acredito que novas pesquisas possam aprofundar ainda mais o tema, pois a elucidação por parte da academia do que o golpe de 1964 representou de fato pra história do povo brasileira é de total relevância e necessário.

Referências

LIMA, Érico Oliveira de Araújo. *Ideologia e ditadura militar: a imagem do regime construída na imprensa brasileira durante o regime militar no país (1964-1985)*. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Ideologia%20e%20ditadura%20militar.pdf>> . Acesso em: 10 Mai. 2016

MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais - Uma Parábola*. Ed. 3. São Paulo: Editora 34, 2003, 523 p.

NERCOLINI, Marildo J. A Televisão e a Música Popular Brasileira: Histórias que se entrelaçam. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 92-107, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br/revista/index.php/ojs/article/view/29>> . Acesso em: 27 Mar. 2016.

SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira - das origens á modernidade*. Ed.2, São Paulo: Editora 34, 2008, 499 p.

SIEGA, Paula Regina. A seguir, cenas de um regime militar: Política e propaganda nas novelas brasileiras dos anos 1970. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 2, p. 1-17, abr/mai/jun. 2007. Disponível em: < <http://www.revistafenix.pro.br/vol11Siega.php>>. Acesso em: 06 Abr. 2016.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. *As Telecomunicações no Brasil: do Segundo Império até o Regime Militar*. Artigo Disponível em: < <http://www.fcs.com.br/download/artigos/social14.pdf> > . Acesso em: 28 Abr. 2016.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. 2000. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.